

Conflitos contemporâneos na América do Sul e as tensões nas fronteiras do Brasil

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO: Neste trabalho, tem-se como objetivo entender a importância histórica de alguns conflitos da América do Sul que levaram ao aumento das tensões militares pela segurança e defesa nas fronteiras. O trabalho é importante, pois entre as causas que promovem os conflitos armados estão os problemas relacionados com a disputa por territórios. No estudo, o foco recairá sob dois conflitos regionais ocorridos no século XX, próximos às fronteiras nacionais, dos quais o Brasil participou da arbitragem internacional: a Guerra do Chaco, conflito entre a Bolívia e o Paraguai (1932-1935), na fronteira oeste; e a Questão Letícia, conflito entre a Colômbia e o Peru (1932-1934), na fronteira norte.

Palavras-chave: Conflitos Regionais; Guerra do Chaco; Questão Letícia.

ABSTRACT: The objective of this paper is to understand the historical importance of some contemporary conflicts in South America, which have led to an increase in military tensions for security and defense of borders. It is important because among causes that promote armed conflicts are those related to territorial disputes. In this study, I will focus in two twentieth century regional conflicts that occurred close to Brazilian national borders and in which Brazil had participated in the international arbitration: the Chaco War, a conflict between Bolivia and Paraguay (1932-1935), on the Western border; and the Letícia Question, a conflict between Colombia and Peru (1932-1934), on the Northern border.

Keywords: Regional Conflicts; Chaco War; Letícia Question.

* Graduado em História pela UERJ, Especialista em História do Século XX pela Universidade Cândido Mendes, Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra, Doutor e Pós-Doutor em História Política pela UERJ. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira e Pesquisador no Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP), do CEEEX, na área de Forças Armadas e História Militar.

Introdução

Neste ensaio tem-se como objetivo entender a importância histórica de alguns conflitos contemporâneos da América do Sul, que levaram ao aumento das tensões militares pela segurança e defesa nas fronteiras, pois entre as causas que promovem os conflitos armados estão os problemas relacionados com a disputa por territórios. Nesse estudo, será dada atenção a dois conflitos regionais ocorridos no século XX, próximos às fronteiras nacionais, dos quais o Brasil, além de manter vigilância constante, veio a participar da arbitragem internacional: a Guerra do Chaco, conflito entre a Bolívia e o Paraguai (1932-1935), na fronteira oeste; e a Questão Letícia, conflito entre a Colômbia e o Peru (1932-1934), na fronteira norte.

A Guerra do Chaco Boreal

A Guerra do Chaco constituiu-se, na época, em um laboratório para o emprego dos mais avançados tipos de materiais bélicos disponíveis no mundo, alguns dos quais seriam utilizados sistematicamente durante a Segunda Guerra Mundial, como foi o caso do uso de aviação e de carros de combate. A história da Bolívia e do Paraguai mostra que, depois de conquistada suas independências, e por estarem envolvidos em suas questões políticas internas, não puderam dedicar grande atenção à região do Chaco. O litígio em torno do Chaco Boreal iniciou com a nota de protesto apresentada em Buenos Aires, pela Bolívia, ao pleitear sua inclusão entre as nações ribeirinhas do rio Paraguai, durante a assinatura do Tratado de Navegação, Comércio e Limites, de 15 de julho, de 1852. Argentina e Paraguai celebraram o acordo e deixaram a Bolívia de fora.

Depois de 1927, muitas tensões e incidentes desenrolaram-se na região do

Chaco. Ocorreu, a partir daquele ano, uma reedição, bem mais grave e de maior vulto, dos conflitos que haviam envolvido o Paraguai e a Bolívia, em *Puerto Olimpo* e *Puerto Pacheco*, entre 1886 e 1888, e da própria ocupação militar do *Pilcomayo*, pela Bolívia, em 1905. A região passou a viver uma verdadeira corrida armamentista, com a mobilização de forças, contextualizadas pela intensa propaganda dos dois países, e a iminência da guerra. As principais providências foram: impulsionar o voluntariado, criação de novas unidades militares e aquisições de serviços e empréstimo de guerra. Em 1930, ocorreu a concentração de tropas bolivianas e paraguaias ao longo do *Pilcomayo*, no setor *Bahia Negra*. Por fim, temos o incidente de *Pitiantuta*, ocasionado quando um destacamento de vigilância boliviano ocupou o abandonado fortim da localidade, no dia 15 de junho de 1932, o que serviu de justificativa para o início a guerra. Com o fim da guerra, em 1935, iniciaram-se os debates diplomáticos que definiram a posição de cada ator político nesse evento, a divisão do território em litígio e a confecção do Tratado de Paz assinado em 1938.

O que percebemos com essa breve história foi que a guerra do Chaco pode ser considerada um evento tão importante e de grande interesse para a política externa brasileira, que foi acompanhado nos bastidores pelo alto comando do Exército, e de onde foram produzidos diversos documentos secretos e sigilosos. Dentre esses documentos, destacamos os seguintes: o estudo sigiloso feito sob a direção do General Waldomiro Castilho de Lima, da Inspeção do 1º Grupo de Regiões Militares sobre *A Questão do Chaco Boreal*, de 1934; e o Relatório Secreto *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes*, produzido pela 2ª Seção do Estado Maior do Exército (EME), em 1935, guardado no Arquivo Histórico do

Exército. São dois documentos complementares, no contexto de produção de informações militares e diplomáticas de interesses estratégicos para tomada de decisões políticas relacionadas à defesa nacional e às fronteiras.

A Guerra Peru-Colômbia ou Questão Letícia

A Questão Letícia também foi um conflito que despertou a atenção do Estado-Maior do Exército, nos anos 1930, para as tensões na tríplice fronteira norte do Brasil. Com mais essa investigação tentaremos entender, pelo menos em parte, esse mosaico, que foi o projeto político e militar do estado brasileiro, da primeira metade do século XX. Um estudo, do que seria um projeto político para a defesa das fronteiras do Brasil (1889-1945). Com relação à história do conflito, é fato que Colômbia e Peru tinham pendências sobre questões de fronteiras, desde a época da independência. O primeiro marco normativo que afetou o espaço em questão foi o estabelecimento dos atuais limites internacionais entre os três países limítrofes. O Tratado de Bogotá definiu a linha divisória entre o Brasil e a Colômbia, em 1907. Segundo o Tratado *Salomón-Lozano*, assinado em 24 de março de 1922, pela Colômbia e pelo Peru, o território de Letícia foi incorporado à Colômbia. Foi cedida toda área situada entre os rios *Putumayo* e *Caquetá*, e uma parte do território entre os rios *Putumayo* e Amazonas (Trapézio Amazônico), parte que interessava à Colômbia por conta da acessibilidade a esse rio. Ao Peru foi cedida uma área entre os rios Napo, Amazonas e *Putumayo*, que pertencia à Colômbia.

O novo tratado trouxe preocupação ao governo brasileiro pelo fato dos territórios a leste da linha Apaporis-Tabatinga,

reconhecidos como sendo do Brasil pelo Peru, poderiam ser reivindicados pela Colômbia, que ficou com a posse das terras peruanas, a oeste da linha demarcatória. Em 04 de abril de 1925, por intermediação do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, foi assinado o Protocolo de Washington, em que a pendência entre os três países, a respeito da linha divisória, foi resolvida, assentando-se a legitimidade e o reconhecimento do tratado de 1922.

Resolvidas as pendências fronteiriças do tratado *Salomón-Lozano*, com o reconhecimento pela Colômbia da linha Apaporis-Tabatinga como limite com o Brasil, e o Brasil cedendo à Colômbia a livre navegação no Amazonas e em outros rios adjacentes, o tratado seria ratificado. A atividade da diplomacia brasileira garantiu a manutenção da linha divisória contestada. Como desdobramento da Ata de Washington, Brasil e Colômbia assinaram, em 15 de novembro de 1928, na gestão do embaixador Mangabeira, o tratado de limites, considerando a linha Apaporis-Tabatinga como divisória entre os dois países. No ano de 1930, ocorreu pelo lado da Colômbia, a tomada de posse do território de Letícia, e pelo lado do Brasil, o término dos trabalhos da Comissão de Demarcação das fronteiras colombianas e peruanas, realizados pelas turmas de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), chefiada pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon, que completara o trabalho de consolidação da soberania territorial brasileira, ratificando os limites terrestres.

Após a tempestade, veio a bonança, e, em 1º de setembro de 1932, retornou a tempestade. Já estava solucionada a questão de limites entre Colômbia e Peru no campo diplomático, quando oficiais peruanos da guarnição de Chimbote, da cidade de Loreto, comandando um grupo de forças regular (cinquenta praças e cerca de duzentos civis), e

inconformado com a transferência da região para os colombianos, atacaram e ocuparam Letícia. Durante os meses de setembro de 1932 a fevereiro de 1933, ocorreu a concentração das tropas de ambos os países na região de Letícia, servindo o rio Amazonas brasileiro como via de transporte e de reabastecimento as forças estacionadas. As tensões diplomáticas entre os dois países aumentaram, e o primeiro choque ocorreu no dia 14 de fevereiro de 1933.

O governo do Brasil ofereceu a sua mediação diplomática no final do ano de 1932, quando ainda não tinha sido deflagrado o conflito direto. A proposta não foi aceita e a questão passou para observação e acompanhamento da Sociedade das Nações, que designou, em 1933, um comitê consultivo formado por três membros. O Brasil permaneceu neutro e permitiu a livre navegação nos seus rios, aos dois países beligerantes. No entanto, o estado brasileiro não permitiu a passagem de aviões sobre o seu território.

Os dois países assinaram um acordo, em 25 de maio de 1933, chancelado pela Sociedade das Nações, que constituiu uma Comissão Administradora, integrada por um oficial da Marinha do Brasil, por um diplomata da Espanha e por um oficial do exército dos EUA. A comissão administrou o território por um ano, enquanto transcorria na cidade do Rio de Janeiro a conferência entre o representante diplomático peruano e colombiano, instalada em outubro de 1933, e presidida pelo embaixador brasileiro Afrânio de Melo Franco. Apesar das negociações tensas, as delegações chegaram a um acordo, firmado em 25 de maio de 1934, pelo qual os dois países aceitaram os termos do Tratado de *Salomón-Lozano*, que só poderia ser modificado por um consentimento mútuo, ou por decisão da Justiça Internacional. Pelo Protocolo de Amizade do Rio de Janeiro, os dois países renunciavam a métodos violentos e

submeteriam suas questões à Corte Permanente da Justiça Internacional de Haia. Como parte do acordo, foi firmada uma Ata Adicional, que regulava, entre outras questões, a navegação fluvial das duas nações. Em 19 de junho de 1934, retirava-se da região, a Comissão Administradora instalada pela Sociedade das Nações.

Por último, torna-se relevante registrar e realizar uma breve análise constitutiva da extensa produção de documentos sobre o conflito, realizada pelo Exército Brasileiro (EB). É importante assinalar que a Questão chamou a atenção do Estado-Maior do Exército, desde o momento inicial, com a ocupação de Letícia, e que não se descartava a possibilidade de o Brasil usar força para manter a sua soberania territorial naquela área de fronteira, o que aumentou o processo nacional de militarização da região. Com ofício reservado (BRASIL, 1932), de 1º de novembro de 1932, o chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro informava ao Ministro da Guerra a necessidade de ocupação militar da fronteira com o Peru e com a Colômbia, por conta da iminência da guerra e dos acontecimentos que se desenrolavam na região de Letícia, na fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

Pela natureza do teatro de operações, a concentração de forças tanto peruanas como colombianas tornava-se difícil e vagarosa, dependente, praticamente, da navegação dos rios da região, tendo, inevitavelmente, que atravessar o Amazonas, no território brasileiro. A marcha no território de Letícia era impraticável e desfavorável, mesmo para operações de pequenos destacamentos, pela falta de estradas. Por essas condições naturais e pelas tensões militares e diplomáticas, o governo brasileiro tomou uma série de medidas para manter a neutralidade e a inviolabilidade do seu território.

Em dezembro de 1932, o governo brasileiro determinou ao comando da 8ª Região Militar que organizasse uma Força de Ocupação e Observação da Fronteira Brasil-Colômbia-Peru, reforçando com tropas vindas de outros pontos do país, a guarnição da 8ª Região Militar. Dessa maneira, foi constituído o Destacamento do Solimões, estacionado em Tabatinga, constituído pelo 27º Batalhão de Caçadores, que também daria cobertura à região de Benjamin Constant, pela 7ª Bateria do Regimento de Artilharia Mista e pelo contingente especial local. Em Tocantins, foram instalados o 21º Batalhão de Caçadores e o contingente especial do Içá, constituindo o Destacamento do Içá. Em Manaus, ficou estabelecido o 23º Batalhão de Caçadores e o 25º Batalhão de Caçadores. Em Belém, estacionou a 1ª Divisão Naval, e em Manaus, Tabatinga e Óbidos estacionaram outros elementos da Esquadra, em ação de observação. A observação da fronteira brasileira passou a constituir simples vigilância quando foi assinado o Protocolo de Amizade do Rio de Janeiro, em 1934, e a Comissão Administradora da Sociedade das Nações se retirou da região de Letícia.

Reflexões para o Brasil

Observando a documentação produzida na época pelo Exército Brasileiro sobre Vigilância da Faixa de Fronteira, parece que não foi “simples vigilância”, mas uma vigilância sistemática, um monitoramento físico constante das nossas fronteiras terrestres. Depois dos conflitos no Chaco e em Letícia, a preocupação do Estado-Maior do Exército aumentou consideravelmente. Informações eram produzidas constantemente sobre novas tensões envolvendo essas regiões, e havia uma preocupação constante, em aumentar os efetivos militares das áreas de fronteiras. No plano político normativo, o

general Góes Monteiro produziu um Estudo (projeto de Constituição) relativo aos dispositivos constitucionais que deveriam reger os domínios de fronteiras. Eram propostas bastante rígidas, com relação ao controle e manutenção das fronteiras nacionais, e que não foram incorporadas.

Fica claro que, ao estudar os conflitos regionais contemporâneos da América do Sul, ocorridos na primeira metade do século XX, especificamente – a Guerra do Chaco e a Questão Letícia –, a partir de interesses geopolíticos regionais, confirmamos as tensões políticas que se estabeleceram entre o Brasil e a Argentina devido à rivalidade tradicional na região e disputa pelo poder na América do Sul. No entanto, o resultado dessa pesquisa abre espaço para entender, a partir da análise desses conflitos, o projeto político e militar do Estado brasileiro para as fronteiras terrestres, abrindo espaço também para discutir, no campo político nacional e internacional, os interesses intervencionistas na região. Não podemos deixar de considerar como ponto sensível o interior de países em desenvolvimento, com baixa densidade demográfica, que dispõe de abundante matéria-prima, em relação aos países desenvolvidos que necessitam de antigas e novas matrizes energéticas, e do controle de recursos hídricos.

Os dois conflitos regionais demonstram como uma agressividade irracional, confusa e inconsciente, pode virar animosidade racional e dirigida. A agressividade coletiva pode se fixar num fim que lhe dá a direção geral de expansão e a própria razão de ser; ela pode se fixar em um inimigo hereditário, novo ou circunstancial; pode se fixar em motivações ideológicas, políticas ou econômicas; e por fim, ela pode se fixar em uma pendência, que serve de ocasião ou pretexto para se transformar em violência efetiva. Ou seja, disputas por territórios fronteiriços, quando

não resolvidos pela diplomacia dos Estados envolvidos, originam conflitos armados, pois uma das causas que figuram no seio da humanidade, levando às sociedades em diferentes tempos e espaços a guerra, é a disputas por território.

Nos anos 1930 existia uma preocupação do EB com relação à disputa pelo controle da Bacia do Prata e a extensão desse poder para a Bacia Amazônica. A possibilidade da divisão da Bolívia na Guerra do Chaco, com a consequente criação de um estado tampão na região, resultaria no fortalecimento da Argentina, que já dominava economicamente o Paraguai. Argentina controlando a região poderia infiltrar tropas de um Exército Aliado do Rio da Prata (Paraguai, Uruguai e Bolívia)

na bacia Amazonas. Com essa manobra política, os interesses do Brasil seriam atingidos, pois existia o projeto de prolongar o Noroeste do Brasil, até Santa Cruz, na Bolívia, o que nos facilitaria participar do sistema ferroviário do Pacífico.

Com os resultados dos conflitos e a atuação militar do Brasil e da Argentina nos bastidores, as tensões se arrefeceram, na ocasião em que aumentavam as tensões entre Argentina e Chile, tornando-se os inimigos mais prováveis. Naquele momento, o Chile estava empenhado em criar o Bloco do Pacífico (Peru e Bolívia) contra o do Prata.

Referências

- BANDEIRA, L. A. M. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 41 (1): 162-197, 1998.
- BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. **Relatório do EME – Questão Letícia (Documentos Diversos)**. Rio de Janeiro: EME, 1932.
- COSTA, S. C. **A diplomacia brasileira na Questão Letícia**. Prefácio do Embaixador Afranio de Mello Franco. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- DORATIOTO, F. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938). In Funag. **A visão do outro**. Seminário Argentino-Brasil. 1ª Ed. Brasília: FUNAG, 200.
- SILVEIRA, H. G. **Argentina X Brasil: a Questão do Chaco Boreal**. Porto Alegre: ED. PUCRS, 1997.
- TRAVASSOS, M. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.